

CA (Ref.) Reginaldo Gomes Garcia dos Reis
reis@egn.mar.mil.br

Atlântico Sul e Amazônia Azul: um desafio geopolítico para a sociedade brasileira?



CA (Ref^o) Reginaldo Gomes Garcia dos Reis serve atualmente na Escola de Guerra Naval (EGN), como Chefe do Departamento de Ensino. É oriundo de Escola Naval, cursou o Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM), na EGN. Já serviu no Comando em Chefe da Esquadra, foi Vice-Diretor e instrutor de Planejamento Militar dos Jogos de Guerra, ambos na EGN, comandou nos diversos postos da carreira. Cursou, também, os cursos MBA em Relações Internacionais e MBA em Gestão Empresarial, ambos pela COPPEAD-UFRI. É autor de trabalhos para revistas especializadas e capítulos em livros sobre estratégia; defesa e segurança; e relações internacionais. Além disso, recebeu o Prêmio Revista Marítima Brasileira, em 2007.

Artigo publicado na Revista Marítima Brasileira (v.134 n. 04/06 – abr. / jun. 2014) e aqui republicado na íntegra.

“Se não existem guerras no presente nas quais o soldado profissional possa aprender seu ofício, ele é, então, compelido a estudar as guerras do passado... como insistiu Clausewitz [as guerras são...], um elemento peculiar caracterizadas pelo perigo, pelo medo, pela confusão. Em suma, um grande grupo de homens tenta impor a sua vontade sobre um outro por meio da violência; e, em todas, ocorrem casos que são inconcebíveis em qualquer outro campo do conhecimento. Naturalmente que as diferenças levadas a cabo entre uma e outra guerra em função das mudanças sociais e tecnológicas são imensas, e um estudo de história militar que não tome em consideração tais mudanças pode ser realmente, com muita facilidade, bem mais perigoso do que, de qualquer modo, a não realização de qualquer estudo.”

Michael Howard,
em *The course of war and other Essays*
(Tradução livre do autor do artigo)

Introdução

A advertência que nos faz Michael Howard é de relevante importância, especialmente diante do quadro cada vez mais instável, incerto e inseguro ao qual denomino “cenário dos 3 I”.

A geopolítica é reconhecida de forma por vezes simplista, como tratando de “espaço” e “posição”. Há uma certa perplexidade diante dos desafios geopolíticos que se apresentam para os diferentes atores estatais em diferentes regiões deste planeta.

O mundo contemporâneo vê-se aturrido diante dos avanços da tecnologia de informações e comunicações. Os “espaços” e as “posições” vão além dos limites geográficos. Um pertencimento virtual veio somar-se às ameaças e oportunidades que se apresentam aos Estados. Parece que os modelos tradicionais para tentar dissecar os conflitos e as suas tendências não respondem aos múltiplos impactos produzidos, em grau variável de intensidade, pelos atores estatais e não estatais. Estes fazem a geração de eventos geopolíticos cada vez mais associados a uma construção arquitetada social e politicamente.

As lições da história precisam ser estudadas amplamente, profundamente e de acordo com o contexto. Entretanto, não se deve tomar tais lições como verdades absolutas, uma vez que as peculiaridades e singularidades do contexto em que ocorreram têm componentes próprios e específicos, em especial no campo subjetivo. Deve-se sempre estar atento para não cair na “falácia da projeção linear”.

O olhar para o Atlântico Sul e a Amazônia Azul requer um breve recurso à História, adequado aos limites de páginas deste artigo. Para isso, ir-se-á recorrer aos primeiros passos da independência do Brasil e ao papel do poder marítimo e, em consequência, do poder naval.

Daremos uma breve visão teórica e apresentaremos as implicações estratégicas de uma região que cresce economicamente, atraindo diversos atores de outras regiões. Ao final, pretende-se despertar um debate que é de todo interesse daqueles que têm consciência da amplitude do desafio geopolítico do Atlântico Sul.

Um “espaço” marítimo e sua evolução

O alargamento do conceito de estratégia, que também alcançou o de segurança, contribui para a perplexidade com que se deparam

os analistas estratégicos. A estratégia deve ser simples, mas não significa que ela seja fácil e simplista.

A natureza dos conflitos pode não ser volátil, mas a característica, o meio pelo qual a natureza toma forma, muda frequentemente. Hoje, diz-se que o contemporâneo é um híbrido que mescla vários aspectos diferentes. No campo militar, isto se manifesta por meio das “velhas” e “novas” ameaças. Portanto, agir estrategicamente é cada vez mais difícil em um mundo crescentemente interdependente. Um problema de segurança e os aspectos de poder a ele associados hoje ocupam um amplo espectro. Pense-se, por exemplo, nas consequências das mudanças climáticas. É algo que afeta toda a sociedade, logo um problema de segurança. O planejamento estratégico implicará alocar recursos para fazer face ao problema. Um grande desafio para os planejadores estratégicos. Mas tal tipo de desafio, inerente à crescente interdependência, é uma singularidade da nossa época? É um problema sem respostas? Ou o *slogan* de modismos atuais não foi percebido?

O auxílio da História ajuda em recompor o sentido conceitual da estratégia, que alguns grandes pensadores nos legaram com um sentido tradicional: a arte do estrategista. Ela é aplicada para conseguir criar poder de modo a obter o objetivo político, usando especialmente os meios militares de acordo com o modelo tradicional. Vamos verificar tal aspecto em uma breve incursão histórica.

O ponto de partida para o périplo deve ser a saga portuguesa da Escola de Sagres. Tal como hoje, o Brasil descoberto revelou-se um *locus* de grandes oportunidades. Então, já naqueles tempos, despertou a cobiça, e surgiram grandes ameaças ao controle português, normalmente, no caso brasileiro, vindo pelo mar. A Amazônia Azul representa o desafio de projetar sonhos de desenvolvimento e de alcançar outros patamares para as futuras gerações de brasileiros.

Um salto no tempo leva até a figura de José Bonifácio, que nos deixou as lições de como utilizar o pensar estratégico não somente no sentido do uso da força, mas do controle das ações para conquistar os interesses vitais dentro de objetivos políticos bem definidos. O livro magistral do Almirante Fernando Diégues, *A Revolução Brasileira: O Projeto Político e a Estratégia da Interdependência*, é um estudo bem aprofundado do desafio daquela época. Segundo Diégues, “a Independência (...) é um marco político notável na evolução da sociedade brasileira, que se credencia a assumir livremente o seu destino”.

O mar foi o espaço estratégico por onde o Brasil avançou para consolidar o processo de sua independência. O emprego da Esquadra foi uma forma inexorável de chegar a todos os propósitos do governo brasileiro para que o objetivo político de mais longo prazo fosse alcançado.

O estudo da “Revolução Brasileira”, expressão usada por José Bonifácio, permite verificar como estão presentes elementos básicos de uma teoria do poder marítimo que só ao final do século XIX foram explicitados por Alfred Thayer Mahan. Mahan não usou a palavra geopolítica, mas, em sua obra, os termos “espaço” e “posição” em relação ao controle do mar estão bem presentes. A sua análise geo-histórica enfatiza a importância do mar para a humanidade. A visão de uma linha de referência permanente é consenso entre os estudiosos das estratégias marítima e naval, antes e depois de Mahan. A linha é baseada nos atributos do mar como:

- a. fonte de recursos;
- b. meio para transportar e intercambiar (não só material, mas também ideias e culturas);
- c. meio de projeção de poder, seja ele positivo ou negativo, porque são duas faces de uma mesma moeda. A projeção dar-se-á pela cooperação ou coerção; e
- d. meio de domínio.

O poder naval não é um simples inventário de meios e sua capacidade de combate. A vinculação ao poder marítimo está consubstanciada na frase de Walter Raleigh, no século XVII: “Quem dominasse o comércio mundial dominaria o mundo”. Uma outra versão dessa frase foi adaptada por geopolíticos como Mackinder e Spykman. Segundo Geoffrey Till, Adam Smith identificou o mar como um elemento fundamental para a circulação das riquezas produzidas e, em consequência, para o comércio e a economia (TILL, 2004, p. 33). Seria a globalização uma Maritimização do mundo? Ou o reconhecimento de que vivemos no “planeta Água”?

Till ainda deduz, das concepções estratégicas formuladas no campo histórico até hoje, as seguintes funções clássicas do poder marítimo:

- a. assegurar o controle do mar;
- b. projetar poder sobre terra, tanto na paz quanto na guerra;
- c. agir de modo a proteger ou atacar o tráfego marítimo; e
- e. manter a segurança de forma ampla, de acordo com as normas legais para que haja uma “boa ordem” no mar.

As funções deixam sobressair os aspectos econômicos, que são tanto motivo de cooperação como competição. Essa peculiaridade coloca ênfase no poder marítimo. Em decorrência, isto acresce ao poder naval, como elemento constitutivo e integrado ao poder marítimo, o seu significado mais amplo do que o do poder terrestre e aéreo na dimensão do campo militar no ambiente estratégico e operacional.

A modelagem apresentada até aqui tem a faculdade de estabelecer a origem da investigação e do debate acadêmico e profissional para a compreensão dos assuntos do mar. A ideia-força dá uma visão macro do poder marítimo para identificá-lo como fonte vital de alimentos, energia e matérias-primas. Além disso, contribui para aclarar que é um poder relativo. Ele é desigual entre os países.

No passado, como ensina o exemplo histórico da Companhia das Índias e das ligadas ao comércio, tanto na Holanda como no caso britânico, tais atividades serviram de base de fomento, aí incluído o aporte financeiro, para que o poder naval tivesse um tamanho adequado às demandas dos interesses advindos dos campos político e econômico. Essa é uma diferença fundamental em relação aos poderes terrestre e aéreo.

A obra de Mahan vai além de alguns críticos *ex-post facto*, com base em acontecimentos após o seu contexto, vivenciado por aquele pensador, praticarem a falácia do ceticismo crítico. Entretanto, o entendimento do conceito “*Sea Power*” dá um arcabouço para os fatores que delinham o poder do Estado no mar. Mahan enfatizou seis fundamentos:

- a. a posição geográfica do país;
- b. a configuração física, como a quantidade de portos e as facilidades, bem assim os aspectos dos recursos naturais e do clima;

- c. a extensão territorial;
- d. a população (refém especial no aspecto demográfico);
- e. o caráter da população (o *ethos* da sociedade); e
- f. o caráter das instituições do governo, que conduz a um projeto de Estado e à vontade política e estratégica de executá-lo. (STEVENS; WESTCOOT, 1942)

O acaso de datas leva a que, no mesmo ano do falecimento de Mahan, 1914, tenha sido inaugurado o Canal do Panamá. Era uma das sugestões da visão geopolítica dele para os Estados Unidos da América (EUA) tornando-se realidade.

Mahan fundamentou muito da sua análise no que o século XIX reconheceu como a “Pax Britannica”. Entretanto, para atingir tal nível de controle houve um processo histórico que se inicia com Henrique VIII, ao criar a estrutura organizacional do Almirantado Britânico e as ações iniciadas por Elizabeth I. Desse modo, não se pode hoje atribuir a Mackinder uma visão de enlevar o poder terrestre com a detecção da ameaça proveniente do Heartland. A sua preocupação era manter inalterado o poder do Império Britânico, decorrente das suas ações marítimas.

Julian Corbett e seus seguidores, fruto de um novo contexto e dos testes da realidade a que foram submetidos pelos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial, aí inseridas as inovações decorrentes da evolução tecnológica (ferrovia, telégrafo nas comunicações, submarino, aviação etc.), propuseram ajustes coerentes. Não é de vital importância a afirmação de Corbett de que o homem habita em terra e, por consequência, o poder marítimo não pode existir sem levar em conta os acontecimentos em terra. Ele manteve a relevância das operações marítimas (LOROT; THUAL, 2002).

Na época do Império Britânico, além do controle dos *choke-points*, visualizados por Mahan e que continuam válidos até hoje, outro aspecto favorecia as ações marítimas do Reino Unido. O centro mundial do poder estava em terra na Europa ocidental. As linhas de comunicações marítimas precisavam chegar, trazendo os recursos primários das colônias ou das áreas de influência ou levando os produtos com maior valor agregado para os mercados controlados pelo mercantilismo. Assim, a posição do Império Britânico diante dos adversários em terra da “velha Europa” proporciona um facilitador para a sua capacidade de controle de áreas marítimas.

É conveniente lembrar que a expressão inglesa *Sea Power* não existia nos dicionários quando foi empregada por Mahan. Porém a expressão mantém sua força até os dias atuais. De tempos em tempos é necessário resgatar o sentido amplo do termo. Por tal razão, em 1979, a Marinha dos Estados Unidos promoveu o “*V Sea Power Symposium*” para discutir as expressões *Sea Power*, *Maritime Power* e *Naval Power* (GARCÉS; MARTINS, 2009).

Ao final do simpósio, a conceituação reafirmou a amplitude do tema, até hoje incorporada nas doutrinas de diferentes Marinhas, das quais pode-se citar a ênfase apresentada pela China e pela Índia nas concepções estratégicas atinentes ao Pacífico e ao Índico. Cabe aqui apresentar as definições que emanaram do “*V Sea Power Symposium*”. *Sea Power* é a resultante da soma de todos os componentes desse poder, sejam armados ou não armados. É o poder do Estado no mar. Resulta do todo que são o *Maritime Power* e o *Naval Power*. O *Maritime Power* é constituído pelo poder naval

e por “outros elementos armados”, acrescido de outras forças não navais. O *Naval Power* corresponde à Marinha militar, incluindo os meios aéreos embarcados.

A menção acima também serve para lembrar que a potência da “Pax Britannica”, após os acontecimentos das Primeira e Segunda Guerras Mundiais, foi substituída pela nova potência — os Estados Unidos. Como no caso britânico, as linhas de comunicações marítimas do Atlântico Norte e do Sul eram objetivos bem definidos em razão da vantagem auferida pela posição geográfica em relação ao comércio internacional.

A Guerra Fria, entre a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os EUA, apresentou vários campos de enfrentamento, em especial pela ameaça de destruição mútua decorrente das armas nucleares e seus vetores lançadores. A previsão de Tocqueville no início do século XIX, do enfrentamento entre os dois países emergentes naquela época, também fez-se presente no mar. Em que pese as dificuldades decorrentes da geografia, a negar aos russos o “acesso às águas quentes”, elas foram contornadas pelas concepções do Almirante Sergei Gorshkov. A partir de 1956, implementou a sua doutrina, tendo considerado em sua concepção as lições de Mahan.

No caso específico do Oceano Atlântico, Gorshkov valeu-se da descolonização na África e da turbulência no Caribe, com Cuba atuando como a ponta da lança soviética. Além disso, levava a ameaça às linhas de comunicações marítimas (LCM), em especial na rota do Cabo (África do Sul) e do Estreito de Drake, canal de ligação entre o Atlântico e o Pacífico no Sul da América do Sul. Identificou *choke points* vitais. Cuba não só levou a ameaça para próximo do território dos EUA (episódio da crise dos mísseis, em 1962) como se afigurava em potencial base para atuar nas LCM do Atlântico Norte e no Canal do Panamá (COUTAU-BÉGARIE, 1985).

As possibilidades que se abriram para a Doutrina Gorshkov foram também fruto das evoluções tecnológicas que, como no passado (vide a Escola de Sagres), permitiram a manifestação do poder do Estado no mar por meio de outras concepções para contemplar o emprego político do poder naval. Ontem como hoje, o conhecimento, decorrente da valorização da educação, permitiu alterar condições adversas.

A diplomacia naval, dentro do amplo espectro do conflito, oferece uma forma ampla de variadas atuações graças ao que se convencionou chamar de características do poder naval: a mobilidade (deslocar-se com os meios navais e estar presente em qualquer parte a partir do mar), a permanência (ao valer-se da mobilidade, fazê-lo por um longo período graças ao apoio logístico móvel), a versatilidade (adaptar-se às mais variadas condições, ao passar de uma situação operacional em uma área-crise para levar o apoio de uma ação humanitária a um país amigo) e a flexibilidade (a graduação do emprego da força conforme a evolução da situação de crise e ou conflito).

As características do poder naval, aliadas aos avanços tecnológicos, permitiram que, nos anos 1940, um outro pensador geopolítico invertesse a visão de Mackinder. Foi durante a Segunda Guerra Mundial que Nicholas Spykman, apesar de reconhecer a existência de um “Heartland”, apresentou a sua teoria do controle do “Rimland” (região intermediária entre o “Heartland” e os mares ribeirinhos). As “franjas” seriam a zona pivô. Posteriormente, a teoria irá tomar forma com a estratégia da “contenção” utilizada pelos EUA em oposição à então União Soviética.

Daria a soma dos fatos acima uma base para que o secretário de Estado dos EUA John Kerry declarasse que a Doutrina Monroe não existisse mais? Então tal declaração significa o fim da tão propagada “defesa hemisférica”? Em 18 de novembro de 2013, um histórico discurso foi feito pelo secretário John Kerry, na sede da Organização dos Estados Americanos (OEA). Foi anunciado formalmente que estava encerrado o período marcado pela Doutrina Monroe. Uma nova forma de relação deve ser buscada.

A Doutrina Monroe foi lançada em 1823 e propunha uma integração do continente americano. Sob qual perspectiva? Uma forma de análise é valer-se da perspectiva histórica; com base nela pode-se entender a ótica e compreender o que estava subtendido no uso de certos termos. A doutrina necessita ser compatibilizada com os termos “América Latina” e “defesa hemisférica”.

Faz sentido uma “defesa hemisférica”? O léxico esclarece de forma cristalina o que é hemisfério: “metade de uma esfera” ou “cada uma das duas metades em que a Terra é imaginariamente dividida pelo círculo do Equador”. Como pode o continente americano, dentro de um conceito de “defesa hemisférica”, isolar-se das demais partes do planeta Terra?

A diretriz geopolítica que amparou o lançamento da Doutrina Monroe tinha em seu cerne interesses vitais dentro da ótica de um país que dava os seus passos para um lugar de destaque no cenário internacional, como bem observou Alexis de Tocqueville. A força de um tipo de patriotismo amalgamava “os interesses próprios aos interesses do país”. A coerência estratégica é tão ampla que tomaria muitas páginas para ser descrita. Sinteticamente, pode-se apontar o Corolário Polk, que serviu de justificativa para a anexação de territórios mexicanos, indo até o período de Theodore D. Roosevelt, que decide sustentar a ideia “da América para os americanos”, lançada em 1823 (SILVA; ALMEIDA; LEÃO, 2013).

E qual a razão do surgimento do termo América Latina? Em verdade foi uma criação francesa para antepor-se à Doutrina Monroe. Os recursos primários existentes tinham olhos sobre eles de cobiça há muito orientados para a manutenção de algum grau de controle sobre uma periferia rica em matérias-primas. A experiência francesa de Napoleão III no México, que chegou ao auge ao ocupá-lo e impor como imperador o Arquiduque Maximiliano, configura um bom exemplo da rivalidade entre os centros de poder. Infelizmente, temos hoje o uso do termo “América Latina” sem cuidarmos das lições que a história deixou para o nosso aprendizado. Em verdade, a rivalidade de interesses já nascia quando Thomas Jefferson afirmou: “A América tem um hemisfério para si mesma”. A diretriz geopolítica emanada era bem objetiva e deu base para que surgisse um mito de uma defesa “hemisférica” em oposição aos atores estranhos ao continente americano.

O avanço tecnológico tem permitido uma crescente importância do mar no campo econômico. Isto não modifica a visão dos antigos pensadores em relação às questões marítimas. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar veio legalizar e legitimar a possibilidade do uso do mar como via de interconexão do comércio internacional e, também, como fonte de recursos para a busca das autonomias alimentares, em energia e de insumos. A entrada em vigor da Lei do Mar, em 16 de novembro de 1994, criou, inclusive, discussões por parte de alguns países que não se tornaram signa-

tários. Em verdade, alguns estudiosos proclamam existir um confronto entre a antiga ideia do *mare liberum* e a do “mar fechado”, em razão da existência da jurisdição legal, por força da Lei do Mar, sobre áreas oceânicas.

A estratégia marítima precisa ser pensada hoje de acordo com as oportunidades oferecidas pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a Lei do Mar. Não basta ter acesso legal e legítimo às áreas oceânicas; é preciso ter vontade política para assegurar a jurisdição sobre elas. Não basta, de forma simplista, pensar que a interdependência cada vez maior irá impedir a ocorrência de conflitos. Tal modismo foi desastroso no início do século passado.

Hoje, em 2014, faz cem anos do episódio do assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austríaco, por um estudante sérvio integrante do grupo terrorista Mão Negra. Um episódio de aparente pouca significância serviu de estopim para desencadear uma guerra total: a Primeira Guerra Mundial. Sabe-se que cada conflito é único. No início do século XX, a ideia-força era que, graças ao intenso intercâmbio comercial entre os países, a “globalização” da época, não haveria condições para ocorrer uma guerra. Tal ato seria impedido pela forte interdependência.

O livro de autoria de Norman Angell denominado “*A Grande Ilusão*”, lançado em 1909, alinhava diversas razões para que não se produzisse um conflito bélico entre as principais potências. O argumento-chave era o de que o fato dos possíveis antagonistas serem parceiros comerciais não permitiria a ocorrência de guerra. Uma lição a ser aprendida com a História?

O ano de 2014, além de continuar a apresentar a instabilidade, a incerteza e a segurança demarcadas por eventos geopolíticos recentes que apontam para um assustador início do século XXI, reserva outras coincidências com os 75 anos do início da Segunda Guerra Mundial e os 25 anos da queda do Muro de Berlim.

É diante de tais desafios que no Brasil fez-se necessário efetuar uma abordagem para pensar o mar na direção inversa dos pensadores das escolas geopolíticas dominantes. O Atlântico Sul será relevante se os brasileiros, com a contribuição dos demais países limítrofes a ele, somarem esforços para ocupar o espaço e a posição geopolíticas contemporâneas e engendrem uma visão coerente com os interesses que olhem para o Atlântico Sul a partir do Hemisfério Sul como protagonista.

No passado, soubemos, como brasileiros (é verdade que por poucas vezes), inverter o rumo e retirar do Brasil a presença do colonizador. A evolução teórica do poder do Estado no mar reafirma conceitos que contemporaneamente explicam o porquê de a *US Navy* fazer-se presente nos mares do planeta Terra (ou seria planeta Água), fruto de uma Oceanopolítica. Conceito esse visualizado por Therezinha de Castro ao chamar a atenção: “Compartir a terra com base nas massas oceânicas e onde o Atlântico representa um papel relevante na circulação marítima, uma vez que a circulação terrestre não pode prescindir dos caminhos marítimos”. Uma síntese adequada ao entendimento do conceito de Poder Marítimo (*Sea Power*) (CASTRO, 1999).

Ao retornar ao século XX e passando pelas consequências deixadas aos termos da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, observa-se que não houve mudanças nas influências e interferências

no Atlântico Sul. O Brasil não exerce papel de protagonista. Durante o período de confrontação da Guerra Fria, o papel tem características de complementaridade. O TIAR nascido em 1947 foi enquadrado na perspectiva da “segurança hemisférica”, como decorrência da Doutrina Monroe. Entretanto, a visão privilegiada estava orientada para o Atlântico Norte.

A criação da OEA, em 30 de abril de 1948, ocorreu dentro da mesma diretriz política e estratégica do TIAR. A crise dos mísseis de Cuba, em 1962, mostrou claramente a importância de eventos geopolíticos que tinham uma dimensão bem maior do que a dos fóruns das burocracias instituídas. O peso da Doutrina Monroe era mais significativo do que a existência de uma relação de integração que expandisse o sentido de segurança para as dimensões política, econômica e social. Faltou um Plano Marshall para as Américas?

Nos anos 1970, o Brasil ensaiou passos de maior afirmação, inclusive atravessando o Atlântico Sul e aproximando-se dos vizinhos geológicos e geopolíticos da África. O reconhecimento de Angola marca simbolicamente a dimensão do ato executado. O decorrer do tempo só fez acentuar a percepção de um enfraquecimento da “segurança hemisférica”. Os governos Carter e Reagan, nos EUA, apesar de terem estabelecido diretrizes geopolíticas bem distintas, foram similares no distanciamento. O controle do sul do Atlântico Sul, na perspectiva da Geoestratégia Global, foi decisivo na questão das Malvinas.

O período Reagan, nos EUA, foi marcado pelo acirramento do desafio no campo tecnológico e militar. O projeto Guerra nas Estrelas foi uma disputa conduzida no campo econômico. De um lado um país, os EUA, que conseguia expandir e dar aplicação dual aos desenvolvimentos e inovações que surgiam nas pesquisas induzidas pelo campo militar. Do outro, um país de planejamento centralizado, a ex-URSS, que dedicava cada vez mais percentuais elevados do PIB estritamente na aplicação militar. Alan Greenspan, em seu livro *A ERA da Turbulência*, revela um pouco do que hoje é reconhecido por alguns analistas como uma ação de “keynesianismo militar”. Será que os autores chineses Qiao Liang e Wang Xiangsui consolidaram tal visão no que denominaram de “guerra além dos limites”? O conflito no século XXI não se daria somente no campo militar, mas estaria vivo em todas as manifestações dos diversos campos: políticos, econômicos, social, militar, ambiental e científico.

O fluxo do comércio global, ao ser lançado sobre os mapas, mostra como o Brasil está distante do adensamento que ocorre no Hemisfério Norte. O controle das cargas pelos sistemas de comunicações hoje disponíveis permitido pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) permitiu visualizar o contêiner. É um símbolo bem atual do comércio que conecta o mundo. Tal uso dual das TIC leva-nos obrigatoriamente a pensar em planejamento em uma Quarta e Quinta Dimensão Estratégica.

A Quarta Dimensão Estratégica amplia os horizontes da Geopolítica. Pensa-se em uma Astropolítica. Ela reproduz no espaço os sentidos de orientação que fizeram a dimensão marítima impactar a saga do ser humano. A próxima figura busca transmitir, quase sem palavras, a ideia síntese do novo clube fechado das potências que desejam ter a “Terra controlada da Terra”. (“A Quarta Dimensão Estratégica”, Reginaldo Gomes Garcia dos Reis, *Revista Marítima Brasileira*, abr/jun 2010, v. 30).

A Quinta Dimensão Estratégica envolve tudo e todos por meio das possibilidades e surpresas a cada dia constatadas pelo potencial de levar-se o conflito ao campo cibernético. Ao envolver e interpenetrar as quatro dimensões estratégicas, passa-se ao ciberespaço. Nesse domínio ocorre a facilidade do acesso à informação e a conexão das pessoas em redes sociais (pertencimento virtual), “diminuindo” as distâncias físicas. Ao mesmo tempo, podem ocorrer fraudes bancárias de elevado impacto financeiro, como também danos materiais significativos revelados pela avaria de equipamento de uma central nuclear no Irã (caso Stuxnet).

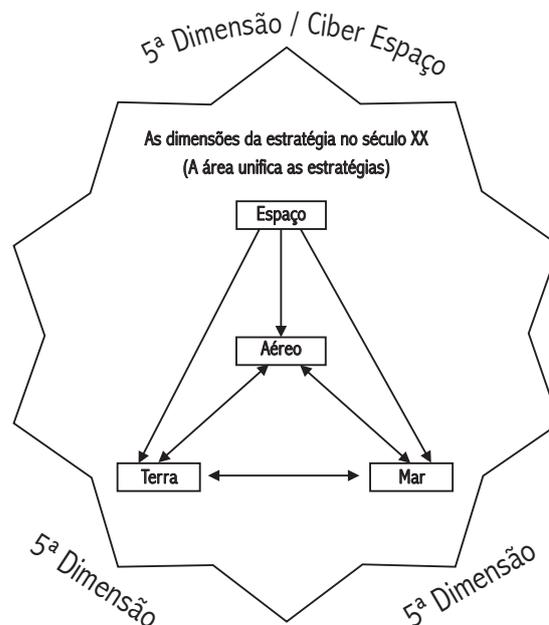


Figura 2: 5ª Dimensão/ Ciber Espaço

Fonte: Coutau-Begárie, Tratado de Estratégia (adaptado pelo autor)

Os eventos dos anos 1980 e 1990 que produziram câmbios nas relações de poder são normalmente simbolizados pela queda do Muro de Berlim e pelo colapso da União Soviética. Várias previsões feitas naqueles tempos não se confirmaram. O mundo atual, com suas novas e velhas crises, reacende os temores quanto à possibilidade de conflitos de mais ampla abrangência, como os do século XX.

O Brasil, nos anos de 1980 e 1990, vivenciava uma série de turbulências internas. As crises econômicas foram tão fortes que hoje pode-se verificar a existência de duas décadas perdidas em termos de desenvolvimento. Somente a partir de 1993 e 1994, com o início de um processo de estabilidade econômica, foi possível pensar-se algo além das contradições internas brasileiras.

Não se pode deixar de apontar que a ação de suspender o pagamento da dívida externa nos anos de 1980 afetou em muito a credibilidade de o Brasil agir com autonomia no plano internacional. O papel desempenhado até o final do século XX é o de seguir as agendas fixadas pelos principais atores internacionais. Vê-se surgir uma proposta interessante, a Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS), porém sem a percepção profunda que os ventos da Guerra Fria perderam intensidade. É uma lição a ser analisada com detalhamento e profundidade para que se saiba observar corretamente os fatos portadores de futuro. As tentativas atuais de fazer crescer a semente da ZOPACAS do século passado não têm sido frutíferas. Falta uma sintonia com os novos tempos?

A iniciativa da integração regional, cujo principal projeto começou com o Mercado Comum do Sul (Mercosul), está hoje cheia de incertezas. Tal ideia mirava muito o aparente sucesso da União Europeia (UE). Após a crise de 2008, que se espalhou por todo o mundo e trouxe, até hoje, imensas dificuldades, em especial para a UE, indica-se que a integração precisa ser mais bem estudada. Não se trata aqui de pensar o processo somente pela perspectiva comercial. É necessário ampliar o foco e verificar que as tratativas para integração em outros campos, como, por exemplo, em política externa, não tiveram os avanços pretendidos. A crise de 2008, marcada simbolicamente pela falência do Banco Lehman Brothers, mostrou a importância de se ter autonomia para decidir sobre políticas econômica e financeira.

A mesma crise de 2008, que ainda assola o mundo, não deixou de atingir o Brasil. Ela fez ressurgirem incertezas sobre a economia e, desse modo, acentuou as contradições internas que não têm permitido um processo consistente e durável para o desenvolvimento. O pleito acalentado de um lugar no Conselho de Segurança (CS) da ONU, advindo de uma adequação da organização a um novo cenário de reestruturação das relações de poder no mundo, vê-se contido em função do recuo do Brasil em ações mais afirmativas na cena internacional. Evidentemente que as vulnerabilidades internas também contribuem para a falta de sustentação da demanda brasileira. Não se pode deixar de constatar que a ação de modificar o CS também contribui para minar a credibilidade daquela organização.

A visão cética acima não é de todo predominante. Alguns projetos que nasceram nas duas últimas décadas do século passado têm resistido à inconstância do crescimento brasileiro. A presença na Antártida é um exemplo da capacidade de enfrentar as adversidades, em especial por parte da Marinha do Brasil. A cooperação iniciada com a Namíbia e que começa a estender-se a outros países da África também fortalece a ideia de manter uma atitude positiva na concepção de uma estratégia marítima. Por vezes, esta ação, necessariamente de longo prazo, não tem sido contemplada com uma vontade política por parte de diversos setores do governo brasileiro. As razões disso não são bem definidas. Entretanto, a visão de curto prazo impede que sejam conectadas as ações com os interesses nacionais, dentro de uma visão prospectiva de longo prazo sonhada por José Bonifácio em sua “Revolução Brasileira”.

O *slogan* de uma “nova ordem mundial” não resistiu aos desafios da realidade da dinâmica geopolítica. Um novo xadrez de interesses surge, com alguns atores bem distintos dos protagonistas do século XX. Analistas de curto prazo ou conhecidos na área de pensadores anglo-saxões como *armchair strategists* chegaram a questionar a necessidade do poder militar. Os oráculos do exterior eram decodificados aqui no Brasil, pondo em dúvida até a existência das Forças Armadas. É o momento de questioná-los, diante do processo de insegurança que se espalha contemporaneamente. Os projetos de segurança coletiva buscam novos modelos, inspirações e arranjos que encontrem sustentação para os novos desafios. Será que no Atlântico Sul não se precisa pensar em uma nova concepção diante do surgimento de novos atores estatais e não estatais?

A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) teve o Tratado Constitutivo aprovado em 23 de maio de 2008. O processo de criação teve como embrião as movimentações e rupturas dos eventos geopolíticos da última década do século XX. A UNASUL ampliou os

desejos de integração regional surgidos em 2004, com a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), com a transformação desta para UNASUL em 2007. Dentro do processo ocorreram várias iniciativas e, entre elas, pode-se enfatizar a criação, a partir de 2008, do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) para constituir uma comunidade de segurança e defesa.

A estrutura acima ainda é recente e não desenvolveu uma base consistente, com perspectivas duradouras de segurança e defesa, diante do cenário desafiador trazido desde o começo do século XXI. Com vistas aos aspectos do Atlântico Sul, não se percebe no âmbito da UNASUL uma abordagem que busque respostas às demandas de uma “Oceanopolítica”. O fato geopolítico é que as “velhas ameaças” permanecem no mundo contemporâneo em um quadro de crescentes conflitos e acrescido das perturbações advindas das “novas ameaças”.

O *Sea Power*, em especial por meio da sua função clássica de assegurar a “boa ordem” no mar, ainda se fará necessário por um longo período. A globalização (maritimização?) gera uma intensa interdependência que está submetida diretamente às “linhas de comunicações marítimas”. Isto está ausente no Atlântico Sul?

No caso específico do Brasil, há uma questão desafiadora: ao comprometer-se com a UNASUL, pode ficar ancorado em uma postura regional. Entretanto, ao participar ativamente de tratativas para consolidar os Brics (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China), tem que forçosamente lançar-se em um papel maior na cena internacional. Este é só um dos aspectos das ambiguidades a serem enfrentadas.

Por outro lado, os ventos favoráveis que enfunavam as velas de um possível crescimento econômico duradouro do Brasil parecem ter ganho intensidades contrárias após a crise que assolou o mundo a partir de 2008. Dúvidas surgem no horizonte, e um dos dados marcantes é o declínio da presença do setor industrial na geração de riquezas. Um rápido escrutínio da balança comercial brasileira vê uma crescente participação da exportação de *commodities*, sempre sujeitas às oscilações de preços fixados pelo mercado internacional.

O sinal acima apontado acende os alertas para uma “reprimarização” da economia brasileira. Acrescente-se aqui o monumental desafio em termos de investimentos, sem considerar outros, para pôr em condições de produção os campos de petróleo e gás do “pré-sal”. Estaríamos fadados a sofrer da tão falada “maldição do ouro negro” sem ter sequer começado a usufruir da oportunidade? Quem estará em posição, além do próprio Brasil, para participar de um modelo de defesa que proporcione “a boa ordem no mar” considerando os interesses sonhados pela Revolução Brasileira?

A aproximação com a África, em especial com os países lusófonos e com a região do Golfo da Guiné, insere-se de forma consistente no papel a ser desempenhado pelo Brasil. A Nigéria oferece oportunidades, e as trocas comerciais com o Brasil têm demonstrado isso. Entretanto, sabemos quantos atores, estatais e não estatais, têm crescente participação não só na Nigéria, mas com a demanda crescente de petróleo e gás da região do Golfo da Guiné. O espaço e a posição geopolítica do Brasil são forçosamente alargados. Desse modo, as velhas e novas ameaças que se fazem presentes, em especial no Golfo da Guiné, estão diante do Brasil aguardando uma atitude. A ambiguidade de papéis múltiplos na cena internacional se põe diante do Brasil.

Conclusão

Este breve artigo não tem a pretensão de ser conclusivo sobre um tema de tamanha complexidade. O desafio geopolítico para a sociedade brasileira no que se relaciona ao Atlântico Sul é de vital importância. Entretanto, o assunto não se cinge aos limites fixos da geografia. O mundo contemporâneo tem sua dinâmica acelerada pelas TIC. Afogamo-nos em informação e vivemos parques do conhecimento. A Amazônia Azul, o mar que nos pertence, demonstra tal assertiva.

O passado apresentou desafios similares no que tange à presença do Estado no mar. A evolução do estudo do tema reafirma que a definição de concepções estratégicas exige que seja amplo e profundo e, especialmente, adequado ao contexto. Na história do Brasil, dentre outras, ressalta-se a “Revolução Brasileira” sonhada por José Bonifácio. A Independência dependeu muito do mar como concretização do projeto estratégico.

Não só o caso brasileiro, mas outros acontecimentos históricos, analisados por teóricos diversos, deram a possibilidade de identificar atributos, funções e fundamentos dentro de uma grande moldura denominada por Mahan como *Sea Power*. Em decorrência, no campo militar o Poder Naval foi instado a desenvolver características, meio pelo qual a natureza toma forma, para dar respostas às demandas do Poder Marítimo.

O passar do tempo e a evolução da tecnologia indicam que a base de sustentação do pensar estratégico marítimo e naval guarda uma linha consistente com o arcabouço teórico anteriormente desenvolvido. Evidentemente, existem adaptações necessárias para que não se caia no grave risco da linearidade prospectiva.

O caso específico do Atlântico Sul mostra claramente a presença da manifestação do *Sea Power*. Entretanto, as condições em que

surtem as concepções estratégicas para tal cenário guardam maior relação com atores detentores de outros interesses. O subcontinente da América do Sul e o Atlântico Sul apresentam marcos geográficos que simbolizam a atuação e a presença de atores externos ao ambiente. A agenda de segurança e defesa seguiu, dentro do contexto em que foram constituídas, as diretrizes estratégicas concebidas por outros interesses. Estes eram baseados na relação de centros de poder com as periferias. Estas vistas como uma reserva estratégica dentro de um enfrentamento mais global.

A dinâmica do mundo real e o final do século XX trouxeram câmbios significativos na balança do poder mundial. O início do século XXI amplificou a instabilidade, a incerteza e a insegurança. Os novos fatos geopolíticos contemporâneos reacenderam antigos dilemas, gerando dificuldades. Estas fizeram aparecer “novas ameaças”, em que aspectos subjetivos, no campo das identidades e do medo, dão dimensões transformadoras ao mundo.

O Brasil tem diante de si todo um novo desafio repleto de um mar de oportunidades. As contradições sociais internas e uma acentuada ausência de ousadia de pensar no longo prazo estiveram presentes até hoje. O dilema tem em si diversas frentes com demandas distintas, mas que exigem ações simultâneas. Ser regional ou integrar os Brics? Responder com firmeza a uma atuação no cenário internacional ou buscar ocultar-se em ideias ultrapassadas? Continuar a atribuir a fantasmas do passado as atuais deficiências internas e externas? O milagre aguarda ser ajudado por ações concretas. A “Revolução Brasileira” precisa e deve ser continuada; e a nós, brasileiros, cabe enfunar as velas para reiniciar o périplo do nosso próprio “destino manifesto”.

Referências

- BUTTEL, Paul. **Historie de l'Atlantique, de l'Antiquité à nos jours**. Paris: Librairie Académique Perrin, 1997.
- CASTRO, Therezinha. **Geopolítica – Princípios, Meios e Fins**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.
- _____. **Nossa América – Geopolítica Comparada**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994.
- CHAUPRADE, Aymeric. **Géopolitique Constantes et changements dans l'histoire**. Paris: Ellipses, 2007.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Geostrategie de l'Atlantique sud**. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.
- _____. **Tratado de Estratégia**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2010.
- DIÉGUES, Fernando. **A Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- FLINT, Colin. **Introduction to Geopolitics**. New York: Routledge, 2006.
- GARCÊS, Ana Paula; MARTINS, Guilherme d'Oliveira (Ed.). **Os grandes mestres da estratégia: estudos sobre o poder da guerra e da paz**. Lisboa: Almedina, 2009.
- HOWARD, Michael. **The Causes of Wars**. Second Edition, Enlarged. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts. 1983.
- JUDT, Tony. **O Mal ronda a Terra**. São Paulo: Objetiva, 2011.
- KAPLAN, Robert. **The Revenge of Geography: What the Map tells us about coming conflicts and the battle against fate**. New York: Random House, 2012.
- LIANG, Qiao e XIANGSUI, Wang. **La guerre hors limites**. Paris: Bibliothèque Rivages, 2003.
- LOROT, Pascal. **Histoire de la Géopolitique**. Paris: Economica. 1995.
- _____. THUAL, François. **La Géopolitique**. Paris: Editions Montchrestien. 2a Edição. 2002.
- MOISI, Dominique. **A Geopolítica das Emoções: como as culturas do Ocidente, do Oriente e da Ásia estão remodelando o mundo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- SERRA, Fernando Antonio Correia; NETO, José Gonçalves Moreira; WEBER, Michel Bittencourt. **Canal do Panamá: efeitos da expansão nos portos do Brasil**. Brasília – Editora Antaq, 2012.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de; LEÃO, Karl Schurster de Sousa. **Atlântico – A história de um oceano**. 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- STEVENS, W.O.; WESTCOTT, A. **A History of Sea Power**. Garden City: Doubleday, 1942.
- TILL, Geoffrey. **Seapower: A guide for the Twenty-First Century**. London: Frank Cass Publishers, 2004.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **Amazônia Azul: o mar que nos pertence**. Rio de Janeiro: Record, 2006.